

DEMOCRACIA E LUTA

Jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região - **Sinserm**

Setembro de 2022, Bauru - SP

ANO XXIV - Nº 240

 **SINSERM**
Sindicato dos Serv. Púb. Municipais de Bauru e Região



SERVIDORES FAZEM PARALISAÇÃO HISTÓRICA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM BAURU

No dia 31 de agosto, os servidores públicos mobilizaram-se fortemente contra a aplicação da reforma da previdência a nível municipal. Milhares de pessoas paralisaram suas atividades ao longo do dia, reuniram-se em frente a prefeitura no ato das 16h e caminharam em até a Câmara Municipal para a Audiência Pública que teve início às 18h, por iniciativa da vereadora Estela Almagro (PT). Todos unidos para dizer não a destruição da aposentadoria dos que trabalham diariamente pelo município.

Uma mobilização histórica, com ampla adesão da categoria, que teme por ser afetada pela desastrosa reforma que já atinge os trabalhadores do regime geral da previdência social desde 2019. Foram dias de muito trabalho para construir o movimento e garantir a adesão de todas as categorias do funcionalismo público. Apesar de todas as mentiras espalhadas ao longo da semana e a tentativa desesperada da prefeita Suéllen Rosim para desmobilizar os servidores na véspera, saímos vitoriosos.

A paralisação foi a última instância de reivindicação encontrada pelos servidores para chamar a atenção da administração municipal após inúmeras tentativas de estabelecer diálogo com a mesma. Durante meses a categoria tentou dialogar com a chefe do Executivo através de reuniões e mais de cinco Audiências Públicas promovidas pelo Poder Legislativo. A prefeita se negou a participar de todas as ocasiões.

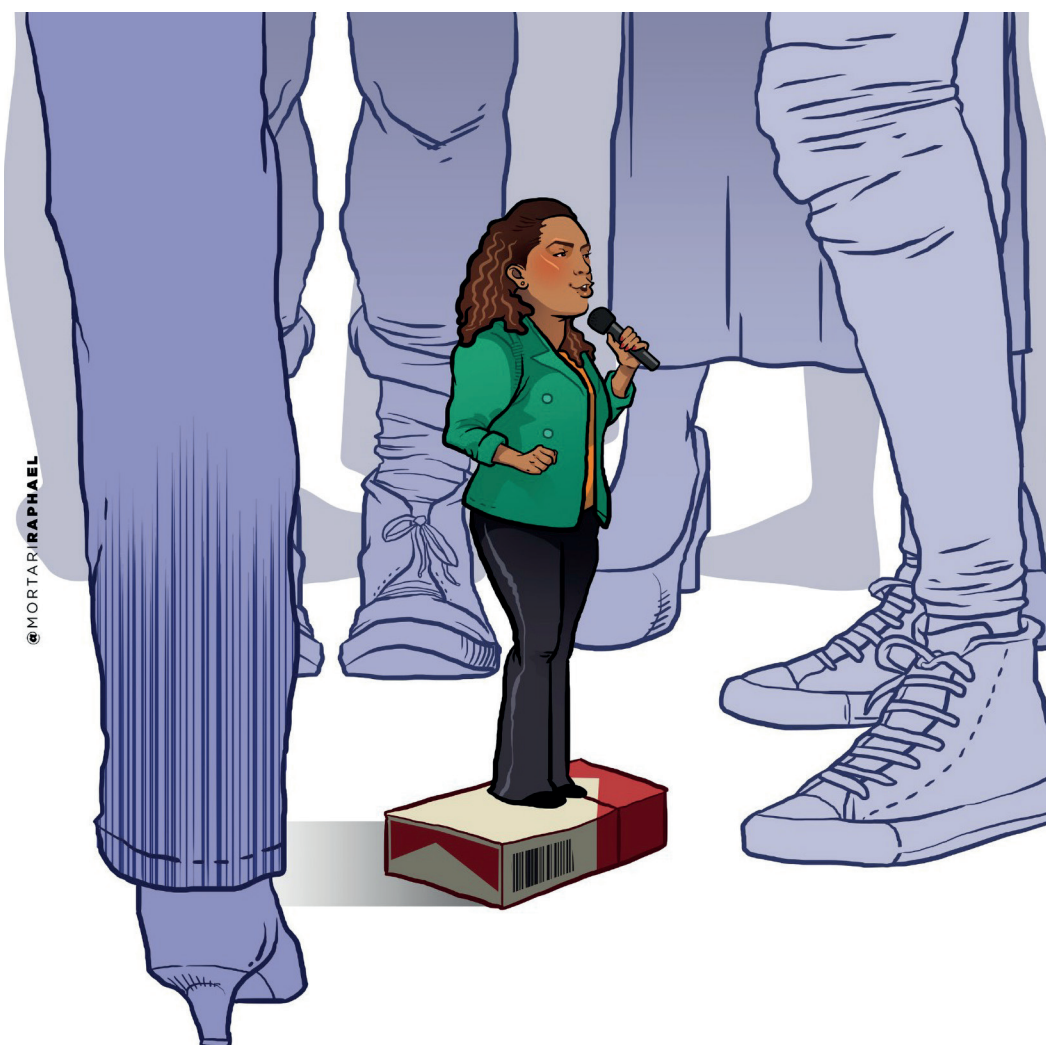
Mais de mil servidores de todas as secretarias uniram-se em uma só voz para dar um basta na forma desrespeitosa com que vêm sendo tratados. A mandatária compareceu ao ato, mas limitou-se a repetir a narrativa que utiliza em suas redes sociais. Além de Suéllen, a vereadora Estela Almagro também esteve na manifestação e discursou de maneira contundente a favor dos servidores.

Após concentração e falas em frente à sede do Executivo, os trabalhadores caminharam pelo centro da cidade até a Câmara, onde organizaram-se para acompanhar a Audi-

ência Pública sobre o futuro do sistema previdenciário municipal. A Audiência foi presidida pela vereadora Estela e contou com representantes da administração, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm), funcionários da Funprev e muitos servidores.

A Audiência foi cheia de registros técnicos, políticos e emocionados. Utilizaram a palavra todas as partes representadas e como encaminhamento final a presidente da mesa pontuou que é imprescindível a realização de uma reunião entre a prefeita Suéllen Rosim, vereadores, sindicato e representantes da Funprev. Além da reunião, Estela lembrou que uma nova Audiência Pública sobre o assunto será promovida em setembro deste ano.

Fica claro que os trabalhadores unidos têm força para mudar o seu futuro. Este dia 31 de agosto fica marcado para a história como um levante dos servidores. Uma manifestação genuinamente organizada por servidores, para servidores. Apartidária e democrática. Aberta a todos. Ao contrário do que a prefeita tentou insinuar em rede social, nenhum candidato ou político usou a palavra para se promover, mas todos os CIDADÃOS tiveram voz, inclusive ela. Exigimos respeito e buscamos o diálogo, sempre. Esperamos que diante de tamanha mobilização, a administração se convença, finalmente, que é importante incluir a base nos debates e desista de sua postura autoritária.





MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNADO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS É ALTERADO DE 30% PARA 35%

Foi publicada no dia 6 de setembro, em edição especial do Diário Oficial, a Lei Municipal nº 7.612 de 2022, que altera o inciso I, do art. 11, da Lei Municipal nº 6.343 de 2013 e eleva a margem do crédito consignado dos servidores públicos municipais de 30% para 35% de seus vencimentos.

O projeto – de autoria da prefeita Suéllen Rosim e aprovado pela Câmara no dia 5 de setembro – acompanha os termos da Lei Federal nº 14.431 de agosto de 2022, que ampliou a margem consignável dos empregados regidos pela CLT e também dos servidores públicos federais, regidos pelo Regime Geral de Previdência Social e pelo Regime Próprio de Previdência Social.

Na exposição de motivos, a chefe do Exe-

cutivo argumenta que o objetivo do projeto é facilitar o acesso ao crédito aos servidores municipais e minimizar os impactos financeiros e econômicos enfrentados atualmente. Ela pontua que a necessidade da matéria decorre do cenário econômico atual do país, com a queda do nível de renda decorrente da elevação da inflação e dos juros, que repercute negativamente sobre a confiança e o consumo dos cidadãos.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) luta desde o início do ano pela alteração do limite, uma vez que o atual custo de vida e os reflexos negativos da crise econômica têm imposto grandes dificuldades financeiras aos servidores. Atendendo ao pleito da categoria, dialoga-

mos tanto quanto foi possível com a administração municipal para que a margem do crédito consignado fosse elevada. Após muita pressão, os servidores terão – finalmente –, esta reivindicação atendida.

O Sinserm ressalta, de todo modo, que a luta sindical deve se concentrar nas pautas de valorização real dos trabalhadores. Portanto, embora a concessão dos 35% seja uma boa notícia do ponto de vista emergencial, seguimos lutando pela reposição salarial e demais cláusulas apresentadas à chefe do Executivo no início deste ano. É de suma importância que todos os servidores se mobilizem para a Campanha Salarial de 2023 para que tenhamos mudanças significativas na qualidade de vida da categoria.

AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS PARALISAM ATIVIDADES POR 24 HORAS E REIVINDICAM PAGAMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL

Os agentes de combate as endemias paralisaram suas atividades, por 24 horas, no dia 19 de setembro, para reivindicar o pagamento do novo piso salarial da categoria – de R\$ 2.424,00 –, aprovado em maio pelo governo federal. Eles promoveram um ato em frente a prefeitura às 8h e compareceram a Câmara Municipal em segui-

da para dialogar com os vereadores. Durante o ato, a prefeita Suéllen Rosim e o secretário de administração, Donizete do Carmos dos Santos, foram ao encontro dos servidores e disseram que o Executivo já encaminhou o projeto de Lei que visa regulamentar o pagamento do novo piso para apreciação do Legislativo.

A paralisação foi deliberada em assembleia extraordinária realizada uma semana antes, no dia 12, e agora os servidores se mobilizam para pressionar os vereadores e garantir a aprovação do PL.

A Emenda Constitucional promulgada no início de maio deste ano prevê que o pagamento do novo piso será custeado pelo governo federal. Atualmente o salário-base dos agentes de saúde é de R\$ 1.550,00, mais insalubridade, enquanto os agentes de combate as endemias recebem R\$ 1.336,12.

Em Audiência Pública realizada no dia 26 de julho, a Secretaria Municipal de Saúde informou que os repasses dos recursos para pagamento do piso nacional já foram efetuados pelo Ministério da Saúde, no entanto a prefeitura ainda não efetuou o pagamento aos profissionais.

Em 30 de junho o Ministério publicou as Portarias 1.971/2022 e 2.109/2022, estabelecendo o pagamento do piso nacional retroativamente ao mês de maio.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2022 que estabelece o piso salarial de dois salários mínimos tramitava há 11 anos no Congresso, uma conquista histórica para os trabalhadores que prestam um serviço fundamental a toda sociedade. Seguimos na luta para que este direito seja assegurado aos agentes.

Acompanhe o trabalho do Sinserm no nosso portal

SINSERM.COM.BR/



SIGA O SINSERM NO INSTAGRAM!



SEM DIÁLOGO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ORIENTA REPOSIÇÃO AOS SÁBADOS

A Secretaria Municipal da Educação encaminhou nesta quinta-feira (15), uma orientação aos gestores de unidades escolares, onde estabelece que a reposição do dia de trabalho referente à paralisação dos servidores públicos municipais no dia 31 de agosto, deverá ocorrer aos sábados. Segundo a orientação, a compensação deverá ser feita em data que não esteja indicada como de efetivo trabalho no calendário letivo, até o término do mês de outubro de 2022.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm) não participou de nenhuma negociação

com a administração a respeito de reposições, nem foi convidado para construir alternativas e modelos que atendessem os servidores. Reiteramos que a paralisação é um recurso legítimo de reivindicação, previsto em lei e portanto direito dos trabalhadores.

O dia 31 de agosto de 2022 ficará marcado no calendário como uma data vitoriosa para a categoria. A chama de luta foi reaccesa e o sentimento de coletividade renovado. Estas são conquistas que ninguém pode tirar. Entretanto, a administração municipal tem a prerrogativas que podem ser

utilizadas como recursos de relação contra os servidores.

A reposição da Educação foi o primeiro modelo apresentado pelo Executivo e reforçamos: desenhado sem a participação da entidade sindical que representa os trabalhadores. O Sinserm recebe com surpresa e frustração a orientação da pasta, uma vez que buscou estabelecer diálogo com todas as secretarias durante o processo de paralisação e notificou uma a uma com antecedência, para evitar transtornos. O sindicato buscará, mais uma vez, dialogar com a administração para rever o modelo de reposição estabelecido.



PROFESSORES DE CABRÁLIA PAULISTA REIVINDICAM ATUALIZAÇÃO DO PISO SALARIAL E PLANO DE CARREIRA

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm) esteve em Cabrália Paulista no dia 24 de agosto, para atender os professores do município, que reivindicam a revisão do plano de carreira e o piso salarial da categoria.

Embora o novo piso nacional (R\$ 3.845,63) tenha sido regulamentado pelo governo federal em fevereiro deste ano, a administração municipal não fez qualquer reajuste. Na reunião desta quarta, os servidores relataram a frustração da categoria com o entrave que se arrasta há muito tempo. De acordo com eles, o Executivo chegou a anunciar a adequação do piso mais de uma vez, mas a medida nunca foi concluída.

Outra demanda apresentada pelos

profissionais é a atualização do plano de carreira. Atualmente a maioria dos professores do município encontram-se no nível máximo de progressão e não têm possibilidade de mobilidade. Eles reivindicam que o plano seja atualizado, ampliando as progressões e valorizando os servidores.

O Sinserm encaminhará a pauta de reivindicações dos professores à administração municipal, em busca do diálogo e compreensão dos porquês que entravam a atualização do piso salarial e do plano de carreira destes trabalhadores. A pedido dos servidores, vamos mobilizar a categoria e trabalhar para que as questões sejam resolvidas o mais breve possível pelas vias administrativas, antes que sejam judicializadas.



PLANTÃO DE ATENDIMENTO JURÍDICO – SINSERM

Todas as **terças-feiras**, das **15h30 às 19h00**

O agendamento pode ser feito todos os dias, pelos canais de comunicação do sindicato:

(14) 3227-8999 /
(14) 3227-9122
contato@sinserm.com.br

Endereço: Rua Saint Martin, 14-38



EM REUNIÃO PÚBLICA, SECRETÁRIOS SE COMPROMETEM COM REVISÃO DE PARECER QUE EXCLUI PROFISSIONAIS DA CONTAGEM DE TEMPO PARA BENEFÍCIOS DURANTE PANDEMIA

No dia 11 de setembro, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) participou de uma Reunião Pública da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Municipal, sobre a implementação da Lei Complementar n.º 191/2022 e a contagem dos benefícios de biênios, sexta-parce e licença-prêmio aos servidores da saúde e segurança. A Reunião foi presidida pela vereadora Estela Almagro (PT) e contou com a presença do secretário de administração, Donizete do Carmo dos Santos; negócios jurídicos, Gustavo Bugalho, e saúde, Alana Burgo.

A contagem foi interrompida com a Lei Complementar (LC) 173/2020, que cria normas restritivas no que diz respeito aos gastos de pessoal. Entre as vedações está o de contar o tempo

de período aquisitivo para concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licença prêmio e demais mecanismos, sem prejuízos para contagem de aposentadoria. O congelamento destes recursos deu-se no período de maio de 2020 até dezembro de 2021 (19 meses), quando começou a vigorar a Lei Complementar 191/2022 e diz que não se aplica a restrição aos servidores públicos civis e militares da área de Saúde e Segurança Pública.

A Reunião se ateve, principalmente, ao parecer jurídico expedido pela Procuradora Municipal Gabriela Lucarelli Rocha, em que argumenta que "Segundo a Wikipédia, o profissional da área da saúde é uma pessoa que trabalha em uma profissão relacionada às ciências da Saúde". O advogado José Francisco Martins e a diretora Melissa Lamônica, do Sinserm, pontuaram que o parecer apresenta inconsistências jurídicas e sociais. Segundo eles, sem os profissionais considerados transversais – agentes de administração, atendentes, motoristas, serventes de limpeza, dentre outros – as unidades de saúde não teriam condições de atender a sociedade com a eficiência que o período pandêmico exigiu.

No mesmo sentido, a vereadora Estela Almagro ressaltou que ao longo de toda a pandemia de Covid-19, nenhum profissional se negou a trabalhar na linha de frente de combate à doença. Naquele momento, o município não se apegou nas definições do que é um profissional de saúde para convocar todos aqueles disponíveis para trabalhar em um dos momentos mais desafiadores da nossa história. Agora, não permitiremos que o comprometimento da categoria seja esquecido ou desrespeitado. Vamos utilizar todos os dispositivos legais para que os servidores tenham pleno acesso a seus benefícios.

Questionados pela parlamentar, os secretários Alana Burgo e Donizete do Carmo dos Santos reconheceram que

os profissionais transversais foram imprescindíveis para o enfrentamento da pandemia e se comprometeram a atuar para que o parecer jurídico que os exclui dos benefícios da LC 191/2022 seja revisto.

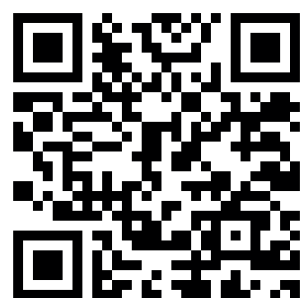


/sinserm



**CURTA A PÁGINA DO
SINSERM NO FACEBOOK**

Faça parte do grupo de notícias do Sinserm no WhatsApp e fique por dentro de tudo que acontece no funcionalismo público.



**FORTALEÇA SEUS
DIREITOS!**

Sindicalize-se

Aproveite as **vantagens da filiação e ajude a manter a luta do funcionalismo público viva.**

Aponte a câmera do celular ou um leitor de QR Code para o código ao lado e preencha o formulário.

